

A ocupação territorial e a política agrária na província de Santa Catarina no século XIX

Eleide Abril Gordon Findlay*

Resumo

A concepção oficial sobre a ocupação territorial e a política agrária foi analisada a partir dos discursos dos Presidentes da Província de Santa Catarina e dos relatórios dos Ministérios do Império e da Agricultura no período Imperial. Entre as informações coletadas observou-se que as autoridades tinham uma posição extremamente favorável ao processo de colonização estrangeira e, algumas vezes lamentavam que os nacionais não tivessem as mesmas possibilidades, incentivos e benefícios concedidos aos estrangeiros para a aquisição de terras. Também criticavam o que entendiam ser uma falta de disposição para a aquisição de novas técnicas produtivas por parte da população nacional.

Palavras-chave: ocupação, colonização, agricultura.

Abstract

The official conception on the territorial occupation and the agrarian politics was analyzed from the speeches of the Presidents of the Province of Santa Catarina and the reports of the Ministries of the Empire and Agriculture during the Imperial period. Among the informations collected it was observed that the authorities had a position extremely favorable to the process of foreign colonization and, sometimes lamented that the national ones did not have the same possibilities, incentives and benefits granted to the foreigners for the acquisition of lands. They also criticized what they understood to be a lack of disposition for the acquisition of new productive techniques by part of the national population

Keywords: occupation, colonization, agriculture.

Para se efetuar uma análise da ocupação territorial dos municípios que se situam no entorno da baía da Babitonga¹, área situada no litoral nordeste catarinense, a pesquisa procedeu a um levantamento documental que incluiu os relatórios e falas dos Presidentes da Província de Santa Catarina junto à Assembléia Legislativa, a partir de 1834, tendo como objetivo recolher as impressões sobre a ocupação territorial e da indústria agrícola provincial. Da mesma forma, contribuíram para uma ampliação da visão oficial relativa à temática estudada o levantamento dos relatórios do Ministério do Império e do Ministério da Agricultura no período imperial.

A ocupação da Ilha de Santa Catarina e terra firme em seu entorno, ocorreu mais intensamente a partir de 1748, quando da chegada dos primeiros casais de açorianos em decorrência da Provisão Régia de 09 de agosto de 1747, que dispôs sobre as providências para a condução e o estabelecimento de casais açorianos ao Brasil. A partir desse momento, a população, principalmente do litoral catarinense e vales fluviais, passou a se constituir de portugueses continentais, açorianos, vicentistas (paulistas da capitania da São Vicente),

* Professora Mestre do curso de História da Univille/ SC - Financiamento FAP/Univille.

¹ Os municípios são: Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul.

negros e índios. Com a instalação de colônias estrangeiras, a partir de 1850, milhares de imigrantes europeus, dentre outros, alemães, italianos, poloneses, franceses e espanhóis, somados aos migrantes internos impulsionou o povoamento das terras da região.

O processo de ocupação territorial da área estudada e a consequente estrutura fundiária daí resultante apresenta em princípio as mesmas características do restante do país. Porém, se distingue pela especificidade das dimensões das propriedades. A historiografia há muito registra a diferenciação existente na estrutura fundiária da região sul do Brasil, com a predominância de pequenas e médias propriedades, e consequentemente resultando em uma história agrária com especificidades próprias.

Ao proceder a uma reflexão sobre os discursos oficiais sobre a forma de ocupação e a população envolvida na atividade agrícola buscou-se observar “a diversidade da inserção social do homem livre na sociedade escravista” (MOTTA: 2004,14) e sua importância na construção do mercado interno, na experimentação e cultivo de novos produtos, e na criação de estratégias de sobrevivência.

O Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, em 1832, elaborou considerações sobre a situação da agricultura nacional. Em primeiro lugar referiu-se ao fato de a agricultura se constituir em uma fonte sólida de riqueza para o país. Ao mesmo tempo em que discorreu sobre as características dos agricultores nacionais visto como mais propensos a obter dos terrenos férteis a maior quantidade de produtos possível com o menor trabalho possível, e sem o emprego de técnicas mais atuais. Porém, no ano seguinte surge a preocupação com a legitimação de terrenos que estavam sob o domínio de nacionais sem titulação legal, mas que produziam neles. Enfrentavam essa situação muitas pessoas de poucas posses e até indigentes. (VERGUEIRO, 1833:26)

O Atlas Fundiário Brasileiro, elaborado pelo INCRA, em 1996, afirma que:

Um novo impulso é dado à constituição de pequenas e médias propriedades com a Lei Imperial, de 28 de setembro de 1848, que concedia áreas territoriais às Províncias para fins exclusivos de colonização. A seguir, as Províncias promulgam leis especiais de incentivo às concessões de ‘lotes coloniais’, (80 a 100 hectares) e a própria iniciativa particular se interessa pela colonização estrangeira, criando companhias de loteamento para vender pequenas áreas aos cultivadores. De tudo isso, adveio um fortalecimento da pequena propriedade, anteriormente hostilizada pelos latifundiários”. (INCRA, 1996: 12).

Como consequência da legislação imperial surgem colônias² agrícolas estrangeiras no

² Colônia como conceituada no Dicionário da Terra: “No que se refere à questão agrária, colônia é o núcleo colonial, o conjunto de lotes rurais e urbanos e a infra-estrutura deste núcleo. Pode significar, ainda, o lote destinado a cada proprietário, o colono.” (GREGORY, 2005,96).

território da Província de Santa Catarina. E diversos presidentes provinciais exaltaram a presença desses estrangeiros em terras catarinense. A percepção do presidente da Província, conforme o relatório de 1838, de que a expansão da indústria agrícola na província era resultado muito mais do aumento da população do que da introdução de novos métodos de cultivo exemplifica a visão predominante entre as autoridades. E se mostrava esperançoso de que a presença de colonos estrangeiros influenciaria os nacionais, pois,

[...] tem dado exemplos de maneira de se aproveitar as diferentes espécies de terra, e de amanhá-las, e introduzindo o uso de máquinas, ainda que em pequena escala, para economizar o trabalho braçal na manipulação, e preparação dos produtos; nossos contrerrâneos não deixaram de imita-los (PARDAL, 1838; 14).

O presidente Antero Jozé Ferreira de Brito, em 1841, alertava para a situação dos nacionais³

Duas propensões bem marcadas dominam, como sabeis, os habitantes desta Província - a vida do mar e a do lavrador - os que a primeira dominam tem sempre francos os meios para a seguirem; os propensos à segunda porém tem encontrado fortes peias, depois que foi suspensa a concessão de Sesmarias e na Ilha, e em todo o litoral do Continente, vem se apinhando centenas de homens, trabalhando a terço e consumindo para tirarem o custo de subsistência de terras já há muito esterilizadas, ao mesmo tempo que tem a vista e à mão, vastos terrenos férteis, que não podem rotear com a certeza. Tenho exigido informações acerca do número de chefes de família, que não tendo terras próprias, as desejam como Colonos; e das já recebidas de sete distritos, que não são os mais populosos, vejo que sobe a 431 o número deles com mil seiscentos e trinta e três pessoas de família, ao todo 3064 indivíduos. (BRITO, 1841:09)

A preocupação do governante com a situação dos lavradores fica mais explícita em sua exposição de 1844 em que propunha que aos nacionais fossem estendidas as condições e benefícios concedidos aos estrangeiros

[...] mas depois de ter visto em praias em diversas Províncias, que tenho percorrido e em diferentes lugares desta, milhares de nossos contrerrâneos aspinhoados, vítimas da miséria, forçados, por assim dizer, à ociosidade e presa dos vícios que dela nascem, por não acharem emprego, por não terem terras próprias, e algum ténue socorro nos primeiros tempos para as aproveitarem; seja-me permitido levantar minha débil voz nesse recinto, para bradar, que pede a razão, a justiça e a sã política, que na distribuição de terrenos devolutos e ministração de subsídios, sejam preferidos os Nacionais, sobre quem pesam todos ônus da sociedade, quando os Colonos estrangeiros cuidam logo de exemplar-se deles, gozando todavia de todos os direitos, e ficando livres, para a qualquer pretensão exagerada, que não é logo atendida, invocarem e ameçarem-nos com o poder de seus Governos [...] É portanto, minha humilde opinião, que aos Nacionais, nas circunstâncias indicadas, sejam colonizados; que se lhes forneçam os instrumentos aratórios indispensáveis, e por tempo de um ano algum socorro pecuniário para se alimentarem. (BRITO 1844:28),

A exclusão dos projetos de ocupação através de colônias dos brasileiros, ou caboclos ou luso-brasileiros, termos estigmatizantes utilizados pelos colonos estrangeiros ao se referirem

³ Esta era a forma como as autoridades chamavam o luso – brasileiros e brasileiros.

aos nacionais, bem como por autoridades é ressaltada por Giralda Seyferth (1996) em texto sobre concessão de terras e ocupação de lotes,

O preconceito das autoridades em relação aos brasileiros que requeriam lotes coloniais pode ser observado em alguns documentos, como no Ofício n. 220, de 27/4/1888, do Inspetor Oficial da Inspetoria de Terras e Colonização, que recomenda prudência ao Chefe da Comissão de Medições quando da concessão de terras a “nacionais”, aos quais devem ser exigidos “atestado de casamento, bom comportamento e que podem aproveitar as terras que desejam, devendo também provar não terem tido terras para trabalho”. E continua: ‘recomendo-lhe muito escrúpulo nessas concessões e que sejam feitas de acordo com o Aviso de 7/6/1888, isto é, os lotes concedidos sejam intercalados. (SEYFERTH, 1996: 58).

Para além do preconceito étnico havia também críticas à forma de cultivo dos lavradores, já que foi motivo de justificativa para a situação pouco promissora da agricultura provincial. A afirmação categórica de que “a indústria agrícola também não existe entre nós”, proferida pelo Presidente em 1840, tinha como pano de fundo a prática produtiva dos lavradores. Para o governante

Cada um faz o que seu pai já fazia, e planta o que tem visto plantar, a ajuntando a isto alguma indolência fica completo o quadro por este lado. A única maneira que me parece poderá seguir-se para melhorar este ramo é por meio de prêmios, aos descobridores de alguns inventos, e aos lavradores não tendo escravos, apresentarem maior quantidade de produtos no mercado. (D’ANDREA, 1840:27)

Em 1849 a visão pessimista em relação à agricultura por culpa dos lavradores era reafirmada tendo como premissa o fato de serem rotineiros, carecidos de instrução agrícola, por seguirem o que sempre viram fazer, não buscarem alternativas, adquirirem novas plantas, ou o melhorarem as que utilizavam, dessa forma “jazem por assim dizer, estacionários, ou antes em atraso na sua maior parte” (VALLE, 1849:48)

O relatório de 1850 afirmava que a plantação baseada na mandioca, milho, cana, feijão e arroz pouco havia se expandido, já como conseqüência da falta de braços e pelos lavradores manterem-se apegados as práticas tradicionais herdadas de seus antepassados, não buscando novos métodos, máquinas para suprir braços humanos, e melhoria das sementes. Tal atitude contribuiu para que nenhuma aquisição de engenho de torrar farinha apresentado a eles fosse concretizada. Supunha o presidente João José Coutinho que o motivo residia no fato de ser o engenho movido a animal e não pela água tenha tornado indecisos os lavradores quanto à eficiência da máquina. O cultivo do café continuava precário e quanto à erva mate era cultivada quase escondida nos sertões de São Francisco. As sementes de algodão herbáceo distribuídas produziram bem em São Francisco e Porto Belo e nos demais não aconteceu “talvez por desleixo dos cultivadores”. (COUTINHO, 1850: 27).

Por diversas vezes o governo imperial enviou à Província sementes de gêneros variados, tais como cânhamo, chá, pinho, cana, algodão herbáceo para que fossem distribuídas entre os lavradores, mas o produto de maior cultivo continuou a ser a mandioca. Essa persistência na monocultura foi indicada como a principal causa da situação estacionária da agricultura.

Dado os nossos lavradores quase exclusivamente ao cultivo da mandioca, desprezam com prejuízo de seus interesses, a cultura dos outros gêneros, e tanto mesmo que o algodão, que tão bem produz esta Província, não chega para alimentar esses poucos teares, que ainda nos restam, e que em breve desaparecerão por não poderem competir com essas fábricas movidas a vapor, que abundam no estrangeiro, e que se vão aclimatando naquelas províncias do Império, que com empenho procuram promover seus interesses materiais”. (COUTINHO, 1851: 18).

A modernização e inovação tecnológica sempre ansiada pelos governantes como possibilidade para o desenvolvimento econômico não se concretizava no processo produtivo, de acordo com a visão oficial, pela rejeição as novidades tecnológicas. Para que o lavrador modificasse seu comportamento entendia o ministro da Agricultura, em 1832, que o melhor caminho seria pela instrução e, portanto uma escola de agricultura prática, conjugada ao Jardim Botânico, com seus conhecimentos impulsionaria o desenvolvimento dessa indústria.

A percepção sobre a desmotivação para a introdução de inovações foi registrada pelos presidentes da Província a ponto de exemplificar a situação com relação a uma máquina de fornecer farinha, principal produto cultivado, que foi colocada a venda a partir de 1848.

[...] Não é o custo dessa máquina a causa de sua não vulgarização, por que importando ela de 400\$ a 500\$ reis, e suprimindo o trabalho de quatro homens preferem alguns lavradores comprarem escravos a 700\$ e a 800\$ reis não obstante o risco de moléstias, fugas, e mortes e outros que a prudência manda calar. Tanto neles podem os antigos hábitos. (BRITO, 1853: 25)

Outra dimensão da problemática refere-se ao tamanho das propriedades que direcionaram as características da agricultura provincial, já que a predominância era da pequena cultura e o trabalho desenvolvido pelos produtores restringia-se a algumas braças de terra para a cana, mandioca, milho e feijão. Análises colhidas nos relatórios dos presidentes retratam de maneira singular a representação acerca dos agricultores. Em primeiro lugar quanto à produção:

A grande agricultura, aquela que dispende de capitais e recursos, se incumbem de fornecer os produtos ao comércio interior e de alimentar a exportação para países estrangeiros, não existe ainda. É manifesta nesta província a tendência para a pequena cultura e propriedade, em prejuízo do interesse geral, especialmente nos terrenos mais próximos do mar e rios navegáveis.

[...] O pequeno proprietário mal cultiva o necessário para o seu sustento, e raras vezes pequena produção lhe fica salva; falta-lhes capitais e luzes, os menores melhoramentos lhes são desconhecidos, porque está fora de seus recursos adotá-los. (BRUSQUE, 1860:26)

Já com relação à disposição da população para o trabalho,

Não vos dissimularei, senhores, que penso não faltarem ainda braços para um melhor desenvolvimento da pequena cultura nesta província. A pequena lavoura não ocupa todos os braços disponíveis, e nem aqueles que nela se empregam produzem tanto quanto podem produzir. A ociosidade é grande e o trabalho imperfeito.

A população que habita aglomerada em pequenos grupos no litoral, vivendo principalmente da pesca, não se sujeita ao diuturno serviço da lavoura, recusa a oferta do trabalho e reluta em deixar a rede de pescaria pelo arado. (BRUSQUE, 1860:26)

O tamanho da propriedade era visto de forma ambígua por alguns governantes, entre eles, o presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque “É manifesta nesta província a tendência para a pequena cultura e propriedade, em prejuízo do interesse geral, especialmente nos terrenos mais próximos do mar e rios navegáveis” e reafirma sua visão ao enfatizar que “O pequeno proprietário mal cultiva o necessário para o seu sustento, e raras vezes pequena produção lhe fica salva; falta-lhes capitais e luzes, os menores melhoramentos lhes são desconhecidos, porque está fora de seus recursos adota-los.” (BRUSQUE, 1860: 26) Já o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, via pontos positivos e negativos na relação entre tamanho da propriedade e desenvolvimento econômico,

Raro é quem aqui não é proprietário: e quase todos cultivam pouco, mas cultivam por sua própria conta. Isto esta bem longe de ser um mal.

Entre o homem e o pedaço de terra que ele possui, e que diariamente rega com o suor de seu trabalho, estabelece-se depressa mais de um de um laço salutar e forte, que constitui de proprietário um elemento de paz e ordem.

Por outro lado o retalhamento da propriedade afugenta o pauperismo, e espalha ate certo ponto o bem estar pela massa da população.

Mas não permitem que se formem riquezas, quais se adquirem na exploração da grande cultura e das grandes propriedades, onde se abre espaço para a introdução custosa de melhoramentos importantes e ensaio de praticas novas. (LACERDA, 1866: 21)

Contrariamente a concepção oficial a historiografia compreende que a forma de ocupação territorial da região sul e a conseqüente estrutura fundiária resultante é indicativa da democratização de acesso à terra em contraste com as demais regiões do Brasil.

A participação mais efetiva do governo através de ações que possibilitassem o avanço da agricultura nacional e provincial, além da distribuição de sementes, era aquela voltada para as condições de infra-estrutura que permitissem o transporte da produção ao mercado consumidor. Ação que foi questionada pelo Ministro da Agricultura em seu relatório de 1872 em que enfatizava o papel da agricultura para a riqueza do país bem como para a sua civilização, porém, salientava o pouco que se tinha feito neste setor para a prosperidade nacional. Ressaltava que não era de responsabilidade do governo a situação em que se encontrava essa indústria, mas sim a dificuldade de organização econômica da lavoura no estudo das causas do enfraquecimento e dos meios para auxiliá-la na superação de seus problemas. A ação indireta do Governo como a construção de estradas de ferro contribuiu

para a diminuição das distâncias e os custos do transporte da produção e estimulando a produção através da melhor remuneração dos produtos. Entendia o Ministro que essa ação por si só não faria aumentar a produção, por este motivo a ação governamental necessitava ampliar-se basicamente na promoção de estudos que visassem aumentar a eficácia da produção, o melhoramento da cultura e preparo dos gêneros agrícolas evitando que a indústria rural ficasse submetida somente a ação exclusiva do tempo e dos acontecimentos. Para tanto deveria ser realizado um inquérito em todo o Império que retratasse as condições e especificidades de cada província.

No mesmo sentido questionava o Presidente da Província, em 1882, ao indagar sobre as modificações necessárias para a transformação da situação da agricultura local, pois entendia que “apelar para só a iniciativa dos lavradores e a ação evolutiva dos tempos, seria adiar indefinidamente a solução e consagrar, por muito tempo, o regime da rotina”. (CHAVES, 1882: 34) Para o governante o desenvolvimento da lavoura estava vinculado à expansão da viação através de linha férrea que ligasse o litoral ao interior, posto que “animará a lavoura em toda essa zona e aproveitará seus ricos ervais para a produção do mate como facilitará a grave questão de limites entre esta e a província do Paraná.” (CHAVES, 1882:34).

Os discursos das autoridades imperiais e provinciais reafirmam uma representação acerca da população em geral, e mais especificamente da parcela dedicada à produção agrícola como sendo principalmente indolente e preguiçosa. Tal representação não se constitui em novidade posto que nos relatos dos viajantes, especificamente aqueles que estiveram em Santa Catarina ela já estava presente. A obra de Luciana Rossato (2007) sobre os cientistas viajantes no período de 1763 a 1822 relata como suas narrativas reafirmam a representação construída acerca da América, do Novo Mundo e de seus habitantes. Dentre os inúmeros aspectos analisados pela autora destaca-se aquele em que os viajantes relacionavam a pobreza e a indolência dos habitantes da Capitania de Santa Catarina.

Auguste de Saint-Hilaire (apud ROSSATO, 2007) foi um dos que em seus relatos reproduziu a relação de indolência e pobreza notadamente sobre o homem do litoral, ou os homens pobres que não tinham o hábito de economizar. Em sua visão eles realizavam gastos supérfluos, exibiam pouca propensão ao trabalho, praticavam um sistema agrícola equivocado, tinham uma baixa produtividade e adquiriam escravos, um conjunto de fatores que fatalmente levariam a um empobrecimento da localidade. Nesta perspectiva as dificuldades impostas na ocupação territorial, através do trabalho árduo na preparação do solo, a sobrevivência em uma natureza insalubre e a possibilidade de acesso à mão- de- obra escrava, semearam a indolência entre a população local. “O que constatamos é que, de um modo geral, para todos os viajantes, os

habitantes locais eram considerados preguiçosos e indolentes, sem fazer distinção entre escravos, livres, pobres ou abastados.” (ROSSATO, 2007:235).

Para Francisco Luiz da Gama Roza, presidente da província em 1884, essa representação da população que também por inúmeras vezes foi feita pelos seus antecessores a respeito da “inatividade” da população e identificando-a como a grande responsável pela situação da inferioridade econômica e comercial da Província não se sustentava. Para tanto bastava a verificação de que o território era suficientemente cultivado diante das condições que se apresentavam para os seus habitantes, e principalmente pelo desconhecimento da situação em outras regiões do país. E em seu entender comparativamente não existiam motivos para desconsiderar a atividade do povo catarinense. Além de exaltar a disposição para o trabalho mais árduo do povo proveniente das ilhas portuguesas que vieram colonizar a Província e, portanto, eximindo-a de possíveis responsabilidades pelas condições do pouco progresso da localidade. Por este motivo considerava que as principais explicações para a situação econômica e comercial eram “a aplicação a uma indústria pouco remuneradora, o fabrico da farinha, e o desconhecimento da grande noção econômica da divisão do trabalho, sintoma grave, indicando um grande atraso.” (ROZA, 1884:25). Por tal atitude entendia que os produtores poderiam ser considerados como praticantes da fase econômica primitiva dos povos. Indicando “o desconhecimento da cooperação social e da especialização das funções, fato capital da evolução dos povos.” (ROZA, 1884: 25). Apesar de considerar como positivo e vantajoso a divisão do solo em pequenas propriedades e a quase ausência do trabalho escravo e evidentemente as condições naturais existentes na Província, concluiu sua análise afirmando que

A constituição econômica de uma população rural em que cada individuo garante, pelas suas culturas múltiplas, a maior parte do que necessita, revela segregação, ausência de relações sociais, isolamento, como se cada unidade vivesse segregada do todo. (1884:26).

O processo de ocupação da Província de Santa Catarina, e mais especificamente da região da baía da Babitonga, teve as mesmas diretrizes das demais regiões do país, ou seja, concessão de sesmaria, e posteriormente a doação e venda de terras devolutas pela Província. A especificidade regional mais significativa foi a destinação de terras para a colonização por estrangeiros por intermédio de Companhias Colonizadoras particulares com o objetivo de alcançar uma expansão demográfica e econômica.

As informações indicam que os estímulos ao avanço da produção agrária restringiram-se à distribuição de sementes, enviadas pelo governo Imperial, aliada as ações indiretas ligadas à área da infra-estrutura visando o transporte da produção ao mercado consumidor.

Para Márcia Motta “as fontes sussurram”, e algumas das falas dos governantes provinciais analisadas foram além, elas “gritaram” o preconceito em relação aos nacionais, a supervalorização das inovações trazidas pelos colonos estrangeiros, e principalmente, a exclusão do acesso à terra dos homens brancos pobres.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Atlas fundiário brasileiro**. Brasília, Incra, 1996.

BRITO Antero Jozé Ferreira de. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1841. Disponível em < <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007.

_____. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1844. Disponível em

< <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007

_____. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1848. Disponível em

< <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. **Relatório do Presidente da Província apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na 1a sessão da 10ª legislatura**. Rio de Janeiro, 1860. Disponível em < <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso em 18 de julho de 2007.

CHAVES, Antonio Gonçalves. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 6 de outubro**. Cidade do Desterro, 1882. Disponível em < <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007

COUTINHO, João José. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1850. Disponível em

<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007

_____. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1851. Disponível em

< <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007

_____. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1853. Disponível em

< <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 10 de julho de 2007

D’ANDREA, Francisco Joze de Souza Soares. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março**. Cidade do Desterro, 1840. Disponível em < <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 15 de julho de 2007.

GREGORY, Valdir. Colônia. In MOTTA, Márcia (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. **Relatório do Presidente da Província apresentado á Assembléa Legislativa de Santa Catharina em 1.o de março; e discurso pronunciado a mesma Assembléa em 11 de junho.** Cidade do Desterro, 1866. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso em 18 de julho de 2007.

MOTTA, Márcia. **História Agrária no Brasil: um debate com a historiografia.** Disponível em <<[http. ces. uc.pt/LAB2004](http://ces.uc.pt/LAB2004)> acesso em 23 março de 2007.

PARDAL, João Carlos. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléa Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março.** Cidade do Desterro, 1838. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 15 de julho de 2007.

PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. **Relatório apresentado pelo Ministro da Agricultura à Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 25ª legislatura.** Rio de Janeiro, 1873. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 12 de março de 2008.

ROSSATO, Luciana. **A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822).** Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

ROZA, Francisco Luiz da Gama. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléa Legislativa de Santa Catarina em 5 de fevereiro.** Cidade do Desterro, 1884 Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 15 de julho de 2007.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 7, dezembro 1996: 29-58. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/primeira.htm>> Acesso em 03 de Maio de 2008.

SOUTO, Theodoro Carlos de Faria. **Relatório do Presidente da Província apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 25 de março.** Cidade do Desterro, 1883. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 18 de julho de 2007.

VALLE, Severo Amorim do. **Discurso pronunciado pelo Presidente da Província à Assembléa Legislativa de Santa Catarina em o 1.o de março.** Cidade do Desterro, 1849. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 18 de julho de 2007.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. **Relatório apresentado pelo Ministro do Império à Assembléa Geral Legislativa em sessão ordinária.** Rio de Janeiro, 1833. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>> Acesso 12 de março de 2008.